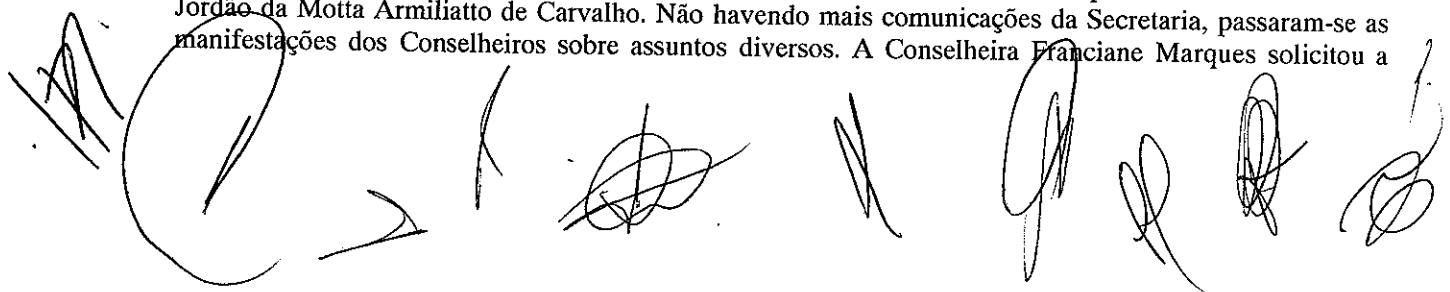


ATA DA 287ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO – BIÊNIO 2012/2014

Aos vinte e dois dias do mês de junho do ano dois mil e doze, na sala de reuniões do Edifício Sede, situado na Rua Boa Vista, nº 200, 1º andar, reuniu-se o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, sob a Presidência da Senhora Defensora Pública-Geral do Estado, Daniela Sollberger Cembranelli. Presentes os (as) Conselheiros (as): Franciane de Fátima Marques, Fabiana Botelho Zapata, Rafael Bessa Yamamura, Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva, Vitore André Zilio Maximiano, Luciano Alencar Negrão Caserta, Luciana Jordão da Motta Armiliatto de Carvalho, Marcia Regina Garutti, Bruno Ricardo Miragaia, José Moacyr Doretto Nascimento, Rafael Valle Vernaschi, Luciana Zaffalon Leme Cardoso e, representando a Apadep, Fabricio Bueno Viana. A Presidente iniciou a sessão com as comunicações da semana. Informou o recebimento, nesta semana, do resultado da consulta pública formulada sobre políticas de segurança a serem adotadas nas unidades, e ressaltou que a os dados e contribuições serão sistematizados e posteriormente submetidos ao Colegiado, agendando audiência pública para tratar do tema. Informou sua participação em reunião ao Tribunal de Justiça para tratar de dois assuntos. Informou que na primeira oportunidade manifestou ao Presidente da Seção de Direito Criminal sua preocupação com o andamento dos processos de réus presos, no âmbito do TJ/SP, e informou que visando dar celeridade nos processos, a coordenação pelo Núcleo de Segunda Instância consultará os Defensores Públicos a respeito de indicar em quais processos, a Defensoria Pública, não possui a intenção de promover sustentações orais. Informou que na segunda oportunidade reuniu-se com o Desembargador Vanderci Alves, responsável pela política de conciliação do TJ/SP, para tratar de uma articulação conjunta entre a Defensoria e o Tribunal na área, e mencionou que o objetivo é celebrar um termo de parceria que permitirá à Defensoria Pública encaminhar aos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUSC – as demandas passíveis de conciliação, a fim de absorver parte da demanda que chega a Defensoria, e concluiu que o TJ/SP forneceu senha de acesso ao sistema, permitindo ao Defensor atuante no atendimento inicial da Capital para o encaminhamento das demandas para o CEJUSC, mas ressaltou que a administração está articulando para que o procedimento seja adotado em todas as comarcas onde há o centro instalado. Informou a publicação de dois atos da Defensora Pública Geral, tendo como o primeiro, ato de instituição do grupo de trabalho para o fim de desenvolver a metodologia de atuação institucional para a realização de visitas de verificação das condições materiais de privação de liberdade dos assistidos da Defensoria Pública, e relatou que o primeiro ato formata o projeto piloto da instituição ao atendimento jurídico aos presos provisório, já o segundo ato dispõe o projeto piloto da Defensoria Pública no atendimento jurídico às pessoas presas provisoriamente, e ressaltou que ambos os atos atendem os termos da Deliberação CSDP nº 246/12. Esclareceu que oito Defensores Públicos se revezarão para realizar duas visitas por semana a um CDP escolhido visando aplicar o projeto piloto, no período de seis meses, e reforçou que após as atividades, os resultados serão avaliados, antes de qualquer expansão para outras localidades, assim estimou o início das atividades no próximo dia dois de julho. O Conselheiro Luciano Alencar solicitou a inserção na composição do grupo de trabalho um Defensor Público representante da Região Metropolitana e outro do Conselho Superior. A Presidente ponderou que a composição é prevista pelo artigo 3º da Deliberação CSDP nº 246/12. Comunicou o importante evento realizado na última quarta-feira, dia 20/06, a campanha “unidos pelo desarmamento”, que contou com a composição da Defensoria, Secretaria de Estado de Justiça, Defesa da Cidadania e Instituto Sou da Paz, além da distribuição de livro contendo o tema “Reflexão dos Defensores Públicos do Estado de São Paulo, sobre o estatuto do desarmamento”. Esclareceu que a campanha objetiva que os Defensores Públicos atuantes nos Centros Integrados de Cidadania – CICs – realizem atividades de educação em direitos sobre o assunto durante os próximos meses, e informou que os locais irão receber, em agosto, doações de armas de fogo, e posteriormente serão destruídas pela Polícia Militar. Não havendo mais comunicações da Presidência, passaram-se as comunicações da Secretaria. Justificou a ausência da Conselheira Juliana Saad por questões de saúde, e informou a substituição da Terceira Subdefensoria pela Conselheira Luciana Jordão da Motta Armiliatto de Carvalho. Não havendo mais comunicações da Secretaria, passaram-se as manifestações dos Conselheiros sobre assuntos diversos. A Conselheira Franciane Marques solicitou a



intervenção pela Defensoria Geral no empenho de esforços para que seja cumprida uma decisão do CNJ, que determina que os processos relativos ao CDP de Franco da Rocha retornem para a Comarca de Jundiaí, e ressaltou que atualmente os processos estão na VEC da Capital por determinação do TJ/SP, por fim apontou que a Pastoral Carcerária comunicou ao CNJ que a determinação está sendo descumprida. A Presidente informou estar ciente do problema e irá diligenciar junto ao Presidente e a Corregedoria do TJ/SP. O Conselheiro Vitore Maximiano pontuou que tentará obter informações no tocante ao assunto trazido pela Conselheira Franciane Marques, e informou que esteve em reunião, nesta semana, na Unidade DIPO para discutir com os Defensores atuantes uma nova dinâmica de atendimento aos presos provisórios, objetivando reformular e possibilitar um maior índice de concessão de liberdades provisórias e revogações de prisões preventivas. A Presidente apontou a estimativa dos Defensores atuantes no DIPO de que não havia retorno de metade das decisões de conversões de prisão em flagrantes para prisões preventivas, e informou que o TJ/SP argumentava sobre o grande o volume de casos, que inviabilizava o envio aos Defensores do DIPO, e encaminhava às Varas Criminais, mas ressaltou que após o jornal Folha de São Paulo divulgar, na última semana, uma pesquisa realizada pelo Instituto Sou da Paz, que grande parte das prisões em flagrantes não possuíam pedidos de liberdade na fase pré-processual, viabilizou a Defensoria obter acesso ao sistema e-SAJ do TJ/SP, que possibilita os Defensores do DIPO ter acesso aos casos. O Conselheiro Luis Gustavo parabenizou a Defensoria Geral pelas medidas, e pediu para estender às Centrais de Flagrantes no interior. Apontou dificuldade de acesso aos autos de prisão em comarcas pequenas. O Conselheiro Vitore Maximiano informou que a Unidade DIPO, na Regional Criminal da VEC, possui um computador desktop que viabiliza a utilização do sistema e-SAJ, possibilitando a consulta de todos os flagrantes, além de acompanhar os pedidos realizados pela instituição. A Presidente informou que a administração superior trabalha para estender as medidas ao interior do Estado. A Ouvidora Geral, Luciana Zaffalon, indagou sobre a perspectiva de que, no âmbito do Judiciário, o DIPO seja extinto e a demanda distribuída entre as Varas Criminais, e ressaltou que esse pedido era uma proposta antiga formulada pelas entidades da sociedade civil. A Presidente informou que não percebe nenhum andamento no TJ/SP para acatar essa proposta. O Representante da Apadep, Fabricio Bueno indagou se, no acesso ao e-SAJ, é possível dar ciência às decisões, e entendeu que esse procedimento viabilizaria a comunicação entre a DIPO e as Varas Singulares. O Conselheiro Vitore Maximiano explicou que o sistema permite o acompanhamento de todos os flagrantes e os pedidos formulados pela Defensoria Pública, no âmbito do DIPO, e apontou que os Defensores da Unidade DIPO informarão às Varas sobre os pedidos que não obtiverem sucesso em suas respectivas atuações. Relatou que os Defensores Públicos informaram que Juízes têm fixado fianças em valores que acabam por manter presas as pessoas mais pobres, assim os Defensores da unidade devem compilar dados sobre essa questão para uma eventual divulgação do mau uso da Lei que foi alterada no último ano, o Código de Processo Penal. A Presidente informou que a falta de comunicação entre as Unidades DIPO e Varas Singulares é um problema recorrente e que está sendo enfrentado, e apontou que essa foi uma das razões para implementar a Assessoria Criminal, que se debruçará sobre o assunto. Parabenizou a construção política e elogiou a atuação dos Defensores Públicos na Unidade DIPO. Acompanharam os elogios o Conselheiro Vitore Maximiano e o Representante da Apadep. O Conselheiro Luis Gustavo apontou dificuldades de acesso ao sistema SIVEC pela Unidade de Jaú e Bauru. Acompanhou o Conselheiro Rafael Bessa, no que tange a Unidade de Ribeirão Preto. A Presidente informou que encaminhará a demanda ao Coordenador da CTI para observar o problema apontado. O Conselheiro Rafael Bessa mostrou a importância de que o TJ/SP disponibilizasse a Defensoria Pública o acesso aos processos da área de família que correm em segredo de justiça. A Presidente informou que esse procedimento já foi consentido e que a CTI atualmente trabalha junto ao setor de informática do TJ/SP para viabilizar o acesso. O Conselheiro Vitore Maximiano informou que o programa de televisão "profissão repórter" da empresa Rede Globo, fará reportagem sobre a Defensoria Pública do Estado de São Paulo. A Conselheira Fabiana Zapata solicitou o envio de ofício pela Secretaria do Conselho Superior, nos termos do voto da Conselheira Luciana Zaffalon, em compartilhar o resultado do trabalho com o Núcleo Especializado de Infância e Juventude, no processo CSDP nº 287/11, que trata da organização da política institucional de atendimento às pessoas presas provisoriamente e de monitoramento das condições de detenção dos atendidos pela Defensoria Pública do

A series of handwritten signatures and initials are located at the bottom of the page. From left to right, there is a large, stylized signature, followed by several smaller, more compact signatures and initials, some of which appear to be initials or short names.

Estado. A Presidente solicitou à Secretaria do Conselho Superior o envio do Ofício ao Núcleo Especializado da Infância e Juventude com cópia integral dos autos. O Conselheiro Bruno Miragaia observou a importância de priorizar no atendimento da área criminal, mas observou a necessidade de igualmente priorizar as demandas da área cível, neste sentido, parabenizou a Defensoria Geral pela criação da Assessoria Cível, e ressaltou a necessidade de reforçar o atendimento nas Unidades, não apenas com mais Defensores, mas com uma política de convênios, que permita aos Defensores demandas menos técnicas e complexas, que acabam sendo repetitivas, e delegar aos advogados dativos e a instituições conveniadas. A Presidente acompanhou a preocupação do Conselheiro Bruno Miragaia, e informou que esse foi o motivo de implementar a Assessoria Cível da Defensoria Geral, assim comunicou que o Defensor Luiz Rascovski, frente a Assessoria Cível, contatou todos os Defensores da área para que pudessem compilar informações e sugestões de melhoria, no âmbito administrativo, e posteriormente apresentará à Defensoria Geral um plano de trabalho, embasado nas informações coletadas. Informou que, relação a política de convênios, há prioridade em sua nova gestão, especialmente após o julgamento da ADI nº 4163 pelo STF, e apontou que esse planejamento deve buscar ser uniforme para todo o Estado. O Conselheiro Vitore Maximiano informou que a Segunda Subdefensoria possui 70% do volume de seu trabalho, justamente, da área cível, e informou que realizou reuniões em unidades de atendimento e que as tratativas com o TJ/SP para encaminhamentos de casos de conciliações ao CEJUSC irão afetar positivamente essa área. O Conselheiro Bruno Miragaia informou que recebeu o certificado digital, mas sem a entrega do respectivo leitor, e apontou a ausência de dispositivo que inviabiliza, por exemplo, a utilização do sistema de registros imobiliários. O Conselheiro Luciano Caserta sugeriu a elaboração de manual pela CTI e envio para os Defensores Públicos. A Presidente informou que transmitirá a demanda ao Coordenador de Tecnologia e Informação, mas noticiou que funcionários da CTI visitaram as unidades para instalação dos softwares e entrega dos dispositivos, e informou que muitos Defensores estavam ausentes, assim, o Coordenador da TI abriu a possibilidade cadastramento e instruções de manuseio do sistema, em seu departamento. O Conselheiro Bruno Miragaia pleiteou um esforço para aprimorar a atuação da Defensoria em tutela coletiva, e considerou que os Defensores querem atuar nessa área, mas que acabam sobrecarregados pelas demandas individuais, sugerindo a estruturação da secretaria para auxílio nos processos. A Presidente informou que formulará projeto de terceirização de algumas atividades visando à solução do problema, enquanto não houver o aumento do quadro de servidores. O Conselheiro Luciano Alencar indagou o que a administração superior tem planejado para a política de convênios sem repasse de recursos, e mostrou preocupação de que várias Assessorias foram reforçadas, mas que não percebeu um incremento na Assessoria de Convênios. A Presidente informou que a Assessoria de Convênios possui dois Defensores Públicos, além de vinte servidores da administração, tendo em vista o grande volume de trabalho, além de estar interligada à 1ª Subdefensoria, utilizando-se também da estrutura desse órgão, e ressaltou que uma das funções do Assessor Especial da Defensoria Geral, representada pelo Defensor Renato de Vítto, é planejar essa nova política de convênios. O Conselheiro Luciano Alencar indagou se os dados que atualmente alimentam o SIA será utilizada pelo sistema "Defensoria on line". A Presidente informou que pedirá informações à CTI a respeito do assunto. O Conselheiro Luciano Alencar solicitou que a administração agende data com a Assessoria da Qualidade para visita do Colegiado ao Prédio da Rua Boa Vista, nº 150, onde será realizado o atendimento inicial da Capital. A Presidente informou o compromisso já assumido no dia de hoje, e encaminhou para votação o dia para a realização da visita, sendo hoje ou na semana seguinte. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, agendar visita às 15hs no dia 29 de junho. O Representante da Apadep, Fabricio Bueno apontou que ocorreram nesta semana as eleições para a gestão da Apadep, e informou que durante a realização da sessão do Conselho, no período da manhã, os votos ainda não haviam sido apurados. Agradeceu as gestões anteriores pelo fortalecimento da Apadep para enfrentar os desafios da Sociedade Civil e da Defensoria Pública como um todo. Comunicou a publicação, hoje, de artigo pelos Defensores Públicos Rafael Português e Antonio Maffezoli, sobre o acesso da justiça, âmbito nacional. A Presidente desejou sorte aos novos integrantes da Apadep. O Conselheiro Rafael Verraschi sugeriu a inversão da pauta para julgamento do processo que disciplina a escolha do cargo de Diretor da Edepe, visando contemplar a agenda positiva do Conselho Superior. A Presidente informou a necessidade de exceção a

The bottom of the page contains several handwritten signatures and initials in black ink. From left to right, there is a large, stylized signature, followed by a smaller signature, a set of initials, another signature, and finally a signature that appears to be 'P. B.' followed by another signature.

pauta de processos urgentes, e sugeriu que após o julgamento destes processos se inverta a pauta. Aprovado por unanimidade. Ordem do dia. CSDP nº 252/12 (Excetuado a pauta). Interessada: Defensoria Pública Geral do Estado. Assunto: Proposta de abertura de inscrições para formação da lista tríplice para o cargo de Corregedor Geral da Defensoria Pública do Estado. Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. A relatora leu o relatório e proferiu o voto no sentido de homologar a abertura das inscrições. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto da relatora, deferir a abertura de prazo de inscrições para o Cargo de Corregedor Geral, nos termos do comunicado publicado. CSDP nº 251/12 (Excetuado a pauta). Interessado: Pedro Antonio de Avellar. Assunto: Pedido de afastamento para participação no Seminário "Justiça Restaurativa em Caso de Abuso Sexual Intrafamiliar em Criança e Adolescente", no dia 29 de junho de 2012. Relator: Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia. O relator leu o relatório e proferiu o seu voto no sentido de afastar o interessado com a percepção de diárias, justificando que o Defensor Público exerce função distante da Capital. A Presidente esclareceu que, em sua composição anterior, o Conselho Superior entendeu que cursos não ofertados pela Edepe não implicavam o pagamento de diárias, e apontou que o afastamento concedido pelo Colegiado visava critérios de conveniência e oportunidade, à luz do funcionamento da respectiva unidade, contudo, ressaltou que o seminário em questão, havia sido divulgado pelo Núcleo da Infância e da Juventude. A Conselheira Franciane Marques apontou que a regra não deveria ser rígida, ressaltando que diversos cursos e congressos importantes para o trabalho dos Defensores Públicos não fazem parte do calendário da Edepe, e mencionou como exemplo o Congresso Brasileiro de Direito Constitucional que solicitou por diversas vezes. O Conselheiro Vitore Maximiano registrou que a todo o momento ocorrem cursos de diversos tipos, e ressaltou que o critério objetivo utilizado até o momento era de conceder diárias em casos de cursos ofertados para todos os Defensores Públicos através da Edepe, pontuando que em situações excepcionais há disciplina através de enunciado. O Conselheiro José Moacyr informou que o pedido em questão tem particularidades que justificam a exceção, e justificou a distância da regional, o seminário ter sido divulgado e indicado pelo Núcleo Especializado em que o Defensor Público integra. O Conselheiro Luis Gustavo considerou a questão complexa visto que não houve tempo hábil para discussão do Colegiado. O Conselheiro Luciano Alencar mencionou que a atual gestão da Edepe profissionalizou os procedimentos, e ressaltou a importância de estruturar ainda mais a Edepe, justificando que infelizmente a Escola não possui assessores suficientes para o conhecimento dos cursos promovidos pelo órgão. O Conselheiro Rafael Bessa mostrou preocupação com a quebra de isonomia, e afirmou que caso o seminário seja de extrema relevância deve ser aberto para toda a carreira. O Conselheiro Bruno Miragaia recuou em seu posicionamento inicial e manifestou o seu voto pelo deferimento do afastamento do interessado sem a percepção de diárias, mas ressaltou que o tema deverá ser repensado. O Conselheiro José Moacyr acompanhou o relator sem nada a mencionar em relação à diária. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, deferir o afastamento do interessado sem a percepção de diárias. Vencido o Conselheiro José Moacyr Doretto Nascimento que votou pelo não condicionamento da renúncia de diárias. CSDP nº 009/12. Interessado: Jose Moacyr Doretto Nascimento. Assunto: Proposta de Deliberação para regulamentar a indicação da Diretoria da Escola da Defensoria Pública. Relator: Rafael Valle Vernaschi. A Ouvidora Luciana Zaffalon leu o voto vista, e sugeriu algumas alterações ao texto inicial, propondo que a inscrição ao cargo de Diretor da Edepe houvesse a condição de apresentação de um plano de trabalho e de currículo acadêmico, e como critério de desempate a quantidade de títulos. O Conselheiro Vitore Maximiano apresentou voto vista com sugestão de nova deliberação, e considerou ilegal impor condição de inscrição ao cargo de Diretor da Edepe, além do previsto na Lei Orgânica, mas considerou importante o plano de trabalho, o currículo acadêmico, entre outros títulos no momento de escolha pelo Colegiado, ressaltando que não deveriam ser condições para apresentação de candidatura. O Conselheiro José Moacyr abortou o pedido formulado em proposta e acompanhou integralmente a minuta apresentada pela Ouvidora Geral, mas sugeriu que a inscrição não fosse condicionada à apresentação de documentações que indicasse experiência em outros órgãos públicos ou privados, frisando que tal condição deve ser elemento importante na análise, mas facultativo. O Conselheiro Rafael Vernaschi acompanhou o entendimento da Conselheira Luciana Zaffalon, e ressaltou que a proposta apresentada potencializa o voto do relator. Discordou do que colocou o Conselheiro Vitore

The bottom of the page contains several handwritten signatures and initials in black ink. On the left, there is a large, stylized signature. In the center, there are several smaller, more scribbled signatures. On the right side, there are several distinct signatures, including one that appears to be a checkmark or a simple 'L' shape. The signatures are scattered across the bottom of the page, below the main text.

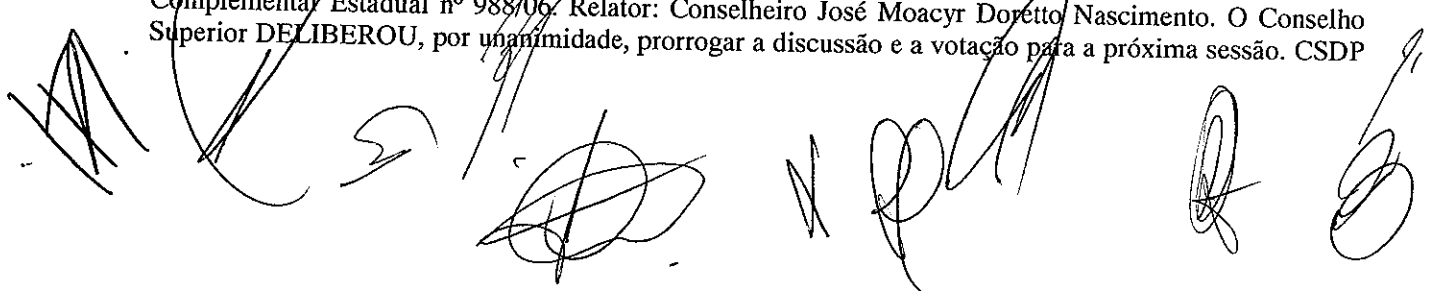
Maximiano e entendeu que o Conselho Superior tem total legitimidade para inovar e deliberar por outros critérios, sem que isso signifique incorrer em ilegalidade, por fim, ponderou que em caso de vacância o critério de tempo em exercício não deva ser um impeditivo para que outro Defensor assumira o cargo. A Ouvidora Geral, Luciana Zaffalon corrigiu em sua minuta, caput do artigo 2º, o final da redação "em efetivo exercício", e acatou a sugestão trazida pelo Conselheiro José Moacyr. O Conselheiro Rafael Bessa acompanhou o entendimento do Conselheiro Rafael Vernaschi, sugerindo que o currículo acadêmico poderia ser facultativo no momento da inscrição, e acrescentou que o plano de trabalho deveria ser imprescindível no processo de escolha, e, portanto ser exigido. A Conselheira Luciana Zaffalon ponderou que a apresentação de currículo acadêmico, no momento de escolha, seria importante para conhecer a experiência dos candidatos. O Conselheiro Luis Gustavo discordou do ponto de critérios para desempate, e ponderou que a escolha do cargo de Diretor não é um concurso público e não deve haver qualquer tipo de pontuação, e pontuou que a função da Deliberação é regulamentar a escolha para o cargo de Diretor da Edepe, explicitando os principais aspectos relevantes para o Conselho. O Conselheiro José Moacyr apontou que a indicação do Diretor da Edepe e dos Coordenadores dos Núcleos Especializados é análoga, e apontou que caso não tenha critérios objetivos para a escolha do Diretor da Edepe, além dos 05 anos de atuação, haveria ilegalidade também com relação à Deliberação que cria critérios para a escolha dos Coordenadores de Núcleos. A Presidente sugeriu que no momento da inscrição o critério seja apenas o previsto em lei, sendo os 05 anos de atuação no cargo de Defensor Público, e acrescentou a inserção de parágrafo para indicar o momento da escolha pelos Conselheiros, considerando o plano de trabalho, currículo acadêmico e demais aspectos. A Ouvidora Geral, Luciana Zaffalon manteve sua proposta no aspecto, mas ponderou que a proposta de regulamentação perderia o sentido e nada seria alterado no processo atual de escolha do Diretor, caso a sugestão fosse encampada. O Conselheiro Vitore Maximiano sugeriu que no ato de escolha o Conselho oferte a apresentação das propostas de atuação pelos candidatos, caso contrário o Colegiado deverá indicar o candidato que melhor atender os requisitos legais. A Presidente encaminhou para votação o consenso de que o Defensor Público que não se inscrever ao concurso não poderá ser escolhido ao cargo de Diretor da Edepe, e aprovou-se por unanimidade. Pontuou a divergência no momento da inscrição, e sugeriu parágrafo que condicione o candidato a apresentar requisito necessário para participar do processo de escolha. O Conselheiro Rafael Vernaschi indagou como se daria o processo de escolha, na ausência de candidatos com menos de 05 anos na carreira. O Conselheiro Luis Gustavo recuou nesse ponto e sugeriu a atual medida em que assumirá o Diretor Assistente. A Conselheira Fabiana Zapata sugeriu modificar a redação do artigo 4º para contemplar a vacância. A Presidente encaminhou para votação a minuta contendo as ressalvas do Colegiado. O Conselheiro Vitore Maximiano debateu dúvidas de legislação e proferiu a leitura do artigo 1º e 2º, e aprovou-se por unanimidade. Continuou a leitura ao artigo 3º, sugerindo correção de redação, e aprovou-se por unanimidade. Prosseguiu a leitura do §1º e 2º proposto pela Ouvidora Geral. O Conselheiro Rafael Bessa considerou repetição de dados que são contemplados no currículo acadêmico, e sugeriu suprimir o §2º, inserindo ao §1º a seguinte redação: "currículo profissional e acadêmico e outros documentos que o candidato entender pertinentes". O Conselheiro José Moacyr sugeriu a consolidação do §2º com o §1º, sendo "será garantia ao interessado a possibilidade de apresentação de títulos docentes e discentes, documentação que comprove sua experiência em cargo de administração de instituição pública ou de interesse para a carreira". A Conselheira Franciane Marques ressaltou a importância da formação acadêmica como requisito de experiência, e considerou importante a possibilidade de apresentação de títulos docentes e discentes. A Presidente encaminhou para votação a proposta principal e a proposta secundária. Aprovado por maioria de votos, vencidos em partes, os Conselheiros José Moacyr, Fabiana Botelho e Franciane Marques. O Conselheiro Vitore Maximiano continuou a leitura dos demais artigos e aprovou-se por unanimidade. A Presidente sugeriu abrir prazo para inscrições no período de uma semana, nos termos da nova deliberação. Aprovado por unanimidade. O Conselho Superior DELIBEROU, por maioria de votos, aprovar proposta nos termos da Deliberação CSDP nº 250, de 22 de junho de 2012. Vencidos em partes, os Conselheiros José Moacyr Doretto Nascimento, Fabiana Botelho Zapata e Franciane de Fátima Marques que votaram pela possibilidade de apresentação de títulos docentes e discentes ao artigo 3º, §1º. CSDP nº 006/12. Interessado: Pedro Antonio de Ayellar. Assunto: Proposta de

The bottom of the page contains several handwritten signatures and initials in black ink. On the left, there is a large, stylized signature. To its right, there are several smaller, more legible signatures and initials, including what appears to be 'V', 'P.', and 'E.'. The signatures are scattered across the bottom of the page, some overlapping the text.

alteração da Deliberação CSDP 38/07, que estabelece normas gerais para os Regimentos Internos dos Núcleos Especializados. Relator: Conselheiro Antonio Maffezoli Leite. O Conselheiro José Moacyr com vista dos autos manifestou que o Núcleo de Habitação e Urbanismo não havia respondido completamente a diligência solicitada ao processo CSDP nº 244/12, e sugeriu o reenvio de ofício para tal finalidade. A Presidente encaminhou para votação a necessidade de colher informações sobre a redução do mandato e acolheu-se por unanimidade expedir ofício com a máxima urgência, em seguida discutiu-se sobre a pontuação dos candidatos que teriam o mandato reduzido em caso de promoção, e deliberou-se aguardar a manifestação dos integrantes do Núcleo de Habitação e Urbanismo. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. O Conselheiro Rafael Vernaschi manifestou o pedido de inversão da pauta para deliberação ao processo de compensações. A presidente encaminhou o pedido para deliberação e aprovou-se por unanimidade. CSDP nº 357/11. Interessado: Luiz Eduardo de Toledo Coelho. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP 198/10 (Disciplina a possibilidade de compensação de dias trabalhados no âmbito da Defensoria Pública do Estado). Relator: Conselheiro Vitore André Zílio Maximiano. O relator proferiu a leitura e endossou o voto da Conselheira Denise Nakano, relatora do biênio 2010-2012, e apresentou tabela complementar. O Conselheiro Luciano Alencar sugeriu o meio termo no caso de compensações, nos moldes do Ministério Público. A Conselheira Franciane Marques manifestou o pedido de vista. Vista concedida a Conselheira Franciane de Fátima Marques. CSDP nº 168/12. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (novembro de 2011 a maio de 2012). Relator: Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia. Retirado de pauta para redistribuição. Impedido os Conselheiros Bruno Ricardo Miragaia e Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. CGDP CAEP nº 064/11. Interessada: Nelise Christino de Castro Santos. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Vitore André Zílio Maximiano. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estagio probatório. CGDP CAEP nº 030/11. Interessado: Douglas Ribeiro Basilio. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Vitore André Zílio Maximiano. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, converter o julgamento do processo em diligência. CGDP CAEP nº 033/11. Interessado: Erik Saddi Arnesen. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relatora: Conselheira Juliana Saad. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estagio probatório. CGDP CAEP nº 019/11. Interessada: Cecília Cardoso Soares. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relatora: Conselheira Juliana Saad. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estagio probatório. CGDP CAEP nº 010/11. Interessada: Aurea Maria de Oliveira Manoel. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estagio probatório. CGDP CAEP nº 073/11. Interessado: Sergio Andre Weise Chinez. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relatora: Conselheira Franciane de Fátima Marques. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estagio probatório. CGDP CAEP nº 020/11. Interessada: Cecília Fonseca Bandeira de Melo. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro José Moacyr Doretto Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estagio probatório. CGDP CAEP nº 058/11. Interessada: Mariana Salomão Carrara. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro José Moacyr Doretto Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estagio probatório. CGDP CAEP nº 067/11. Interessado: Gandara D'Amico. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro José Moacyr Doretto Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estagio probatório. CGDP CAEP nº 044/11. Interessada: Larissa Grimm Bakri. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Rafael Valle Vernaschi. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o relatório e a continuidade do estagio probatório.

A collection of handwritten signatures and initials in black ink, located at the bottom of the page. The signatures are stylized and vary in complexity, including some that appear to be initials or short names. There are approximately 10-12 distinct marks, some of which are quite large and elaborate.

CSDP nº 1172/09. Interessado: Segundo Subdefensor Público-Geral. Assunto: Proposta de Edição de Código de Ética. Relatora: Conselheira Juliana Saad. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 350/11. Interessada: Coordenadora Auxiliar do Núcleo de Habitação e Urbanismo. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (maio de 2011 a novembro de 2011). Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 007/12. Interessados: Ouvidoria-Geral e Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP 89/08 (que versa sobre os critérios de atendimento em vigor da Defensoria Pública). Relatora: Conselheira Márcia Regina Garutti. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 244/12. Interessado: Primeira Subdefensoria Pública Geral do Estado. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 38/07 (que estabelece normas gerais para os regimentos internos dos Núcleos Especializados e dá outras providências). Relator: Conselheiro José Moacyr Doretto Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, expedir ofício ao Núcleo de Habitação e Urbanismo e prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 003/12. Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado de Segunda Instância e Tribunais Superiores. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (primeiro e segundo semestre de 2011). Relatora: Conselheira Juliana Saad. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 110/12. Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado dos Direitos do Idoso e da Pessoa com Deficiência. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (março a agosto de 2011). Relatora: Conselheira Juliana Saad. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 138/12. Interessado: Welton Carlos de Cristo Alves. Assunto: Pedido de afastamento para participação no curso de Bacharelado em Direito na Universidade de São Paulo, no período de 24 de fevereiro a 04 de julho de 2012. Relatora: Conselheira Franciane de Fátima Marques. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 141/12. Interessado: Daniel Guimarães Zveibil. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 91/08, que cria a Comissão de Prerrogativas da Defensoria Pública do Estado de São Paulo e regulamenta sua atividade. Relatora: Conselheira Franciane de Fátima Marques. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 146/12. Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado de Defesa do Consumidor. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (setembro de 2011 a fevereiro de 2012). Relatora: Conselheira Marcia Regina Garutti. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 151/12. Interessada: Segunda Subdefensora Pública-Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP 152/10, que regulamenta a atuação dos Defensores Públicos em plantões judiciários. Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 152/12. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (outubro de 2011 a março de 2012). Relator: Conselheiro Vitore André Zilio Maximiano. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 179/12. Interessada: Defensoria Pública Geral do Estado. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 111/09 (Institui o Regimento Interno dos Servidores Públicos da Defensoria Pública). Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 182/12. Interessada: Segunda Subdefensora Pública-Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 143/09 (fixa as atribuições dos Defensores Públicos na Defensoria Pública). Relatora: Conselheira Franciane de Fátima Marques. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 1129/09. Interessado: Corregedor-Geral. Assunto: Proposta de rotina à carreira, nos termos do artigo 31, inciso XX, da Lei Complementar Estadual nº 988/06. Relator: Conselheiro José Moacyr Doretto Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP

The bottom of the page features several handwritten signatures and initials in black ink. From left to right, there is a signature that appears to be 'JA', followed by a large, stylized signature that could be 'C' or 'S'. To the right of this is another signature, possibly 'J', followed by a signature that looks like 'N'. Further right is a signature that appears to be 'P', and finally, a signature that looks like 'Q' or 'R'. There are also some smaller, less distinct marks and initials scattered around these main signatures.

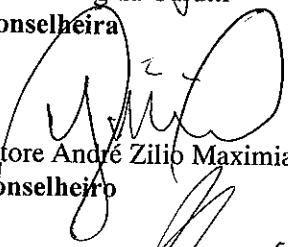
nº 134/11. Interessado: Luiz Eduardo de Toledo Coelho. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP 109/08 (regulamenta a gratificação pelo exercício). Relatora: Conselheira Juliana Saad. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 352/11. Interessada: Rebeca Barbosa Leite da Freiria Estevão. Assunto: Apuração da violação de prerrogativa na Defensoria Pública - Regional da Infância e Juventude. Relator: Conselheiro Luciano Alencar Negrão Caserta. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 355/11. Interessado: José Moacyr Doretto Nascimento. Assunto: Proposta de regulamentação das vantagens pecuniárias por tempo de serviço. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 005/12. Interessado: José Moacyr Doretto Nascimento. Assunto: Proposta de Deliberação que torna facultativa a contribuição, para membros e servidores da Defensoria Pública do Estado, ao Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público do Estado de São Paulo. Relatora: Conselheira Marcia Regina Garutti. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 125/12. Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (agosto de 2011 a janeiro de 2012). Relator: Conselheiro Vitore André Zilio Maximiano. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 160/12. Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado da Infância e Juventude. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (setembro/2011 a fevereiro/2012). Relator: Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 241/12. Interessados: Coordenadores do Núcleo Especializado de Situação Carcerária. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (janeiro a dezembro de 2011). Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 243/12. Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado de Segunda Instância e Tribunais Superiores. Assunto: Proposta de abertura de inscrições para membros e colaboradores do Núcleo Especializado. Relatora: Conselheira Franciane de Fátima Marques. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. Não havendo mais processos na ordem do dia, a Senhora Presidente deu por encerrada a sessão. Eu, Sarah Rocha Tininis, Secretária do Conselho Superior da Defensoria Pública, lavrei esta ata, que será objeto de aprovação na abertura dos trabalhos da próxima sessão. São Paulo aos vinte e dois dias do mês de junho do ano de 2012.


Daniela Sollberger Cembranelli
Presidente

Luciana Jordão da M. A. de Carvalho
Conselheira


Bruno Ricardo Miragaia
Conselheiro

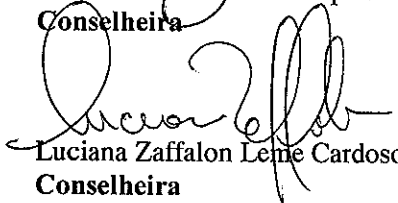

Marcia Regina Garutti
Conselheira


Vitore André Zilio Maximiano
Conselheiro

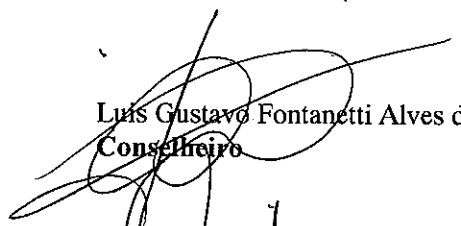

Fabiana Botelho Zapata
Conselheira



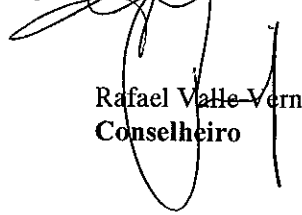
Franciane de Fátima Marques
Conselheira



Luciana Zaffalon Leme Cardoso
Conselheira



Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva
Conselheiro



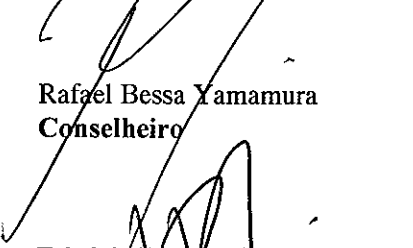
Rafael Valle Vernaschi
Conselheiro



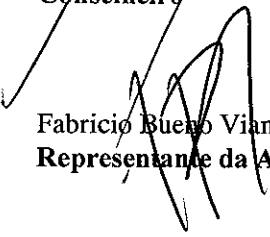
José Moacyr Doretto Nascimento
Conselheiro



Luciano Alencar Negrão Caserta
Conselheiro



Rafael Bessa Yamamura
Conselheiro



Fabricio Bueno Viana
Representante da Apadep